

# AS TEIAS DAS IDENTIDADES POLÍTICAS: TECENDO UMA PRÁXIS DA AUTONOMIA EM ARQUITETURA

*The webs of political identities: weaving a praxis of autonomy in architecture*

*Las redes de identidades políticas: tejiendo un praxis de autonomía en la arquitectura*



Artigo Original  
Original Article  
Artículo Original

Andréia Moassab<sup>\*1</sup>, Gabriel Cunha<sup>2</sup>

<sup>1</sup>MALOCA grupo de estudos multidisciplinares em arquiteturas e urbanismos do sul, curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Brasil.

<sup>2</sup>MALOCA grupo de estudos multidisciplinares em arquiteturas e urbanismos do sul, curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Brasil.

\*Correspondência: Avenida Tancredo Neves, 6731, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, Caixa Postal 2044 - CEP 85.867-970. Email: maloca.unila@gmail.com.

Artigo recebido em 13/06/22 aprovado em 01/09/22/---- publicado em 30/12/22.

## RESUMO

O texto apresenta as bases teórico-metodológicas que vêm amparando a maior parte dos trabalhos realizados no âmbito do MALOCA – Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul, reconhecido pela UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana e registrado no diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, desde 2013. A autora e o autor têm procurado colocar em diálogo o Materialismo Histórico Dialético e o Pensamento Decolonial, por julgarem pertinentes para uma compreensão geopolítica do fazer arquitetura com, na e a partir da América Latina – o mesmo valendo, neste caso, com, na e a partir do Cerrado e da Amazônia. Este exercício dialético deve ser feito a partir do território, necessariamente conectando as suas várias escalas, cada qual demandando distintas abordagens, indissociáveis e complementares. Na escala do território usado, dos sujeitos e sujeitas em seus territórios e espacialidades cotidianas, Moassab e Cunha acionam uma abordagem etnográfica e semiótica, sem perder a conexão com a análise geohistórica e política, da escala mais abstrata, com o uso do Materialismo Histórico Dialético e o Pensamento Decolonial. É nessa ação-reflexão, em múltiplas escalas, que ambos têm direcionado seus esforços, procurando fomentar um debate permanente que respeita a autonomia das comunidades e dos educandos e educandas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão, conectando universidade e sociedade.

**Palavras-chave:** materialismo histórico-dialético, pensamento decolonial, identidades políticas em arquitetura, epistemologias do sul

## ABSTRACT

*The text presents the theoretical-methodological bases that are present in most of the works carried out by MALOCA – Group of Multidisciplinary Studies in Architectures and Urbanisms of the South, based at UNILA – Federal University of the Latin American Integration. We have used Dialectical Historical Materialism and Decolonial Thought for their relevance to a geopolitical understanding of architecture with, in and from Latin America and, specifically, with, in and from the Cerrado biome and the Amazon biome. This dialectical exercise must be done from the territory, necessarily connecting its various scales, each requiring different, inseparable and complementary approaches. In the scale of the used territory by man and woman in their everyday territory and spatialities, Moassab e Cunha activate an ethnographic and semiotic approach, without losing the connection with the geohistorical and political analysis and the more abstract scale. It is in this action-reflection, on multiple scales, that both have authors directed their efforts, seeking to foster a permanent debate that respects the autonomy of communities, social movements and students in teaching, research and extension projects, connecting university and society.*

**Keywords:** dialectical-historical materialism, decolonial thinking, political identities in architecture, epistemologies of the South

## RESUMEN

*El texto presenta las bases teórico-metodológicas que están presentes en la mayoría de los trabajos realizados por el MALOCA - Grupo de Estudios Multidisciplinarios en Arquitectura y Urbanismo del Sur, con sede en UNILA - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana. El autor y la autora han utilizado el Materialismo Histórico Dialéctico y el Pensamiento Decolonial por su relevancia para una comprensión geopolítica de la arquitectura con, en y desde América Latina y, específicamente, con, en y desde los biomas del Cerrado y de la Amazonia. En nuestro punto de vista, el método dialéctico debe aplicarse desde el territorio, conectando necesariamente sus diversas escalas, requiriendo de cada una de ellas, enfoques diferentes, inseparables y complementarios. En la escala de las comunidades y sus miembros, de sus territorios y espacialidades cotidianas, consideramos que es fundamental un enfoque etnográfico y semiótico, que no pierda de vista la conexión con el análisis geo histórico y político, como también con la escala más abstracta. Es en esta acción-reflexión, en múltiples escalas, que ambos han dirigido sus esfuerzos, buscando propiciar un debate permanente que respete la autonomía de las comunidades y de los y de las estudiantes en los proyectos de docencia, investigación y extensión, conectando universidad y sociedad.*

**Descriptor:** *materialismo histórico-dialéctico, pensamiento decolonial, identidades políticas en arquitectura, epistemologías del sur*

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A práxis de arquitetos e arquitetas num país com a dimensão territorial como a do Brasil tem de lidar, permanentemente, com o desafio de ser orgânica ao contexto territorial e material onde ela se exerce, o que implica, entre outras coisas, uma indispensável atenção aos biomas, aos climas, às realidades econômicas, às distintas populações e seus, igualmente diversos, saberes técnico-construtivos. Ou seja, é fundamental desenvolver uma práxis profissional - também existencial - iniciada desde a formação na universidade, que tenha como objetivo transformar tanto o e a profissional em construção quanto às realidades sociais onde este e esta atuam. Afinal, Milton Santos já dizia que “o mundo é o que se vê de onde se está” (2006, s/p).

Nesse sentido, o Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul – MALOCA, reconhecido pela UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana e registrado no diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, desde 2013, tem procurado desenvolver uma base metodológica apropriada às múltiplas escalas que

integram o fazer arquitetura: da compreensão geopolítica dos territórios às espacialidades cotidianas de sujeitos e sujeitas. Este exercício dialéctico deve ser feito a partir do território [vivido], necessariamente conectando as suas várias escalas, cada qual demandando distintas abordagens, indissociáveis e complementares.

Desta feita, Moassab e Cunha têm alinhavado uma base teórico-metodológica múltipla, capaz de dar conta destas distintas escalas. Dito de outra forma, a autora e o autor acionam uma abordagem etnográfica e semiótica para compreender o território vivido no cotidiano, sem perder a conexão com a análise geohistórica e política, da escala mais abstrata, com o uso do Materialismo Histórico Dialéctico e o Pensamento Decolonial. É nessa ação-reflexão, em múltiplas escalas, que ambos têm direcionado seus esforços, procurando fomentar um debate permanente que respeite a autonomia das comunidades e dos educandos e educandas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão, conectando universidade e sociedade.

Ademais, ao intervir diretamente no mundo da vida, a arquitetura se constitui também, um sistema

<sup>1</sup> Agradecemos os comentários valiosos de Rogério Giugliano e Maurício Santos.

semiótico, de produção de sentidos, tão relevante quanto a função material de abrigar as mais distintas atividades humanas. Esta “ação semiótica” não é mera reprodução simbólica, é, ao contrário, uma ação política, uma tomada de posição diante das disputas de poder e da lógica colonizadora do norte sobre o sul. Por este motivo, Moassab e Cunha, têm dado centralidade às questões identitárias, superando o usual debate estético sobre o tema, na arquitetura, para a sua compreensão política. Dito de outra forma, não se trata de buscar características para o enquadramento de uma dada arquitetura para então chancelá-la como “arquitetura latino-americana” ou “arquitetura do cerrado”, mas de compreender os motivos de apagamentos históricos a determinadas práticas arquitetônicas e de combatê-lo.

## **EM DEFESA DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL EM ARQUITETURA**

Em outras oportunidades, a autora e o autor já explicitaram como o ensino de arquitetura precisa ser repensado com base nas epistemologias do Sul e integrantes a elas (MOASSAB; CUNHA, 2020; CUNHA, 2020; MOASSAB, 2020; MOASSAB, 2021; MOASSAB; NAME, 2020). Este termo, cunhado por Boaventura de Sousa Santos, é bastante útil para o tema que estamos abordando aqui, pois não se refere a um sul geográfico, mas a um sul epistemológico, ou *suis*, no plural, para salientar a diversidade que nos caracteriza. Em parte, a proposta de epistemologias do Sul conecta-se, a nosso ver, com aquela pertinente e conhecida crítica de Roberto Schwarz das “ideias fora do lugar” (1992), referindo-se, principalmente, ao pensamento pseudo-liberal da sociedade branca e urbana, o qual progressivamente vai se resignificando e reconstruindo seu *locus* social após o final do regime escravocrata e o início da República, no Brasil. As continuidades e

descontinuidades do colonialismo, integrante da denúncia de Schwarz, acerca da sociedade emergente de final do século XIX, são o fundamento social, isto é, a determinação histórica que dá substância àqueles modos de ser e de pensar caricatos dos tais “homens esclarecidos” que mostravam-se “alternadamente lunáticos, ladrões, oportunistas, crudelíssimos, vaidosos, parasitas etc [e também a seu] sistema de ambiguidades assim ligadas ao uso local do ideário burguês [e ao] choque com a instituição servil e com seus restos” (ibidem, p. 14), num paralelo feito, por este autor, entre a realidade brasileira e a russa daquele período, comparando as sociedades dos romances de Machado de Assis a dos russos Gogol, Dostoiévski, Gontcharov e Tchecov.

Na mesma direção, a relação entre o pensamento social e o pensamento arquitetônico que propomos, para o caso do Brasil, não é forçoso: em ambos, e desde quando o primeiro colonizador aqui pôs os pés, somos impelidos e impelidas pela máquina colonial a uma estrutura social que nos leva, de um lado, a um epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2009, p. 183) dos saberes dos povos ameríndios e dos africanos trazidos compulsoriamente pelo sistema escravocrata. De outro lado, tal estrutura obriga à substituição destes saberes pela reprodução, frequentemente esvaziada, dos conhecimentos e sistemas de valores dos europeus, mais especificamente, dos portugueses. A crítica de Schwarz assinala esta passagem do colonialismo para o oligarquismo republicano. Semelhantemente e seguindo Boaventura Santos, temos dedicado atenção em nossos trabalhos à crítica à colonialidade - a contraface da modernidade ocidental - que se perpetuou neste período, dentro do recorte, em nosso caso, da arquitetura e do território. Para o autor brasileiro, o colonialismo e suas relações de dependência, subalternização e racismo é a chave do dilema das “ideias fora de lugar” a que as economias coloniais

estavam atreladas, isto é, a um incansável estabelecimento e reestabelecimento de “idéias européias, sempre em sentido impróprio” (ibidem, p.15), ao passo que da República em diante, a continuidade e persistência deste processo se dá por meio da colonialidade, tendo assumido distintas roupagens e expressões ao longo do século XX, hoje mais facilmente identificáveis.

Vale ressaltar que a colonialidade incide também no fazer e pensar arquitetura, como é o caso da valorização quase que exclusiva de apenas uma matriz arquitetônica no livro do tombo do IPHAN (MOASSAB, 2016) ou do debate sobre arquitetura moderna dominada pela produção do sul e sudeste do Brasil, ou ainda, na hegemonia de homens brancos reconhecidos como arquitetos “de referência”, em detrimento das mulheres arquitetas e das arquitetas negras e negros (MOASSAB, 2020), para ficar apenas nestes pontos. Ou seja, as ideias estão fora de lugar, igualmente, na arquitetura.

Os escritos de Roberto Schwarz (1992), sobre este persistente processo de colonialismo e suas relações de dependência, subalternização e racismo, convergem, com os escritos, alguns anos antes, de Lélia Gonzalez (1988). A antropóloga e feminista negra constata que no Brasil há uma tendência histórica em se afirmar e se reconhecer como um país de formação exclusivamente branca e europeia – materializada, entre outros, na arquitetura colonial amplamente tombada pelo IPHAN. As razões para isso, remontam, conforme mostra Gonzalez, a questões de natureza geográfica e do inconsciente. Desta forma, o racismo brasileiro opera no sentido de negar sua composição étnico-racial, histórico-cultural e sua “ladinoamefricanidade”, nos termos da autora. Uma das faces deste racismo, em arquitetura, é a desvalorização das práticas construtivas dos povos negros e ameríndios.

Ou seja, ao contrário do que considera sobre si mesmo, o Brasil compõe uma América Ladina, uma América Africana, em que todos os brasileiros e brasileiras seriam ladinoamefricanos e ladinoamefricanas, demarcando a contribuição africana para a formação da América. O período histórico de análise de Gonzalez coincide com o de Schwarz - segunda metade do século XIX em diante - só que no caso desta, o racismo é a questão central, o qual assume, inclusivamente, neste período, uma face mais sofisticada, mascarando a violência que lhe é própria e mantendo sua função de levar a população da terra a internalizar a ideia da superioridade branca europeia.

No campo da arquitetura, desenvolvemos esta questão no texto “Descolonizando o ensino de estruturas em arquitetura” (MOASSAB; CUNHA, 2020), no qual procuramos identificar como durante o século XX a adoção hegemônica da tecnologia do concreto armado, a tecnociência que o acompanha e a organização e divisão do trabalho que a viabiliza acabaram funcionando como instrumentos de reprodução do capital e das relações de exploração e subalternização, sobretudo da população negra e indígena. O “progresso” e o avanço da empreitada rural colonial, com suas relações sociais específicas, cede lugar ao progresso urbano-industrial da república e ao desenvolvimentismo. Foi por meio destes dois últimos que certos componentes do colonialismo e do racismo se perpetuaram, mesmo com o fim das relações formais da colonização. O latifúndio colonial torna-se o latifúndio contemporâneo da agricultura mecanizada que mantém o perfil agroexportador do país. Em simultâneo, cede espaço para a propriedade urbana excludente, sujeita à especulação e à gentrificação, à lógica das localizações e da especulação do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001). As formações urbanas com seus edifícios de taipa compactada pelas pessoas escravizadas cedem

lugar, primeiro, para os tijolos assentados pelos imigrantes e, depois, para o importado, “novo e moderno” concreto armado e sua manufatura serial operada pelos pobres (LEMOS, 1989), geralmente negros das periferias urbanas, migrantes de todos os cantos do país<sup>2</sup>. O desenho técnico que pouco servia aos canteiros de obra coloniais, mesmo aquelas de maior vulto, se torna cada vez mais elaborado, organizando e estruturando a manufatura serial, apesar de seguir alheio às edificações mais simples. Isto é, pouco afeito às moradias populares, consolidando, na outra margem do atlântico, a separação entre canteiro e desenho, iniciada no Renascimento (FERRO, 1979). Finalmente, os saberes técnico-construtivos dos povos que aqui estavam antes da colonização ou que acompanharam os deslocamentos forçados da África foram subalternizados pela estrutura capitalista moderno-colonial, seguindo, agora, desvalorizados pela tecnociência “moderna”, mais recentemente, camuflada sob roupagem de “limpa”, “verde” ou “sustentável” técnica construtiva.

Nesse sentido, temos vindo a problematizar o ensino na área, em concomitância a desenvolvermos uma prática voltada para atender as demandas sociais, por meio da tríade ensino-pesquisa-extensão, defendendo o papel social da universidade pública, a partir do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

### **Existe uma identidade sertaneja ou amazônica?**

<sup>2</sup> Carlos Lemos em seu livro “Alvenaria Burguesa” (1989) mostra que no específico de São Paulo, o ferro está mais limitado às edificações públicas, enquanto as moradias, em um primeiro momento, deixam de ser construídas em taipa para serem substituídas pelo tijolo e, no século XX, esse é substituído pelo concreto. Destacamos que em todas essas trocas, há uma transformação das relações sociais nas formas predominantes das técnicas construtivas, por extensão, poderíamos dizer também das formas-canteiros correspondentes. Ou seja, a arquitetura de taipa do período colonial estava amparada pelo trabalho do escravizado; o tijolo substitui esse pelo imigrante, sobretudo, italiano. Por fim, no processo de proletarização industrial com a ascensão do

Dentro do contexto exposto, na disciplina “Arquiteturas Latino-Americanas”, ministrada no sétimo semestre do curso, a autora inicia o semestre com a pergunta: existe uma arquitetura latino-americana?

Foi também com essa pergunta que o número 172 da revista AU, publicada em 2008, dedicada aos jovens arquitetos latino-americanos<sup>3</sup>, abre o seu dossiê temático. As várias respostas trazidas naquela edição, por alguns arquitetos, arquitetas, críticos e críticas de arquitetura, são todas elas em forte diálogo com debates do campo, realizados nos anos de 1980, especialmente nos SAL - Seminário de Arquitetura Latino-Americana, em torno de tal temática. No IV SAL, realizado no México, em 1985, foi afirmado, entre outros, que “não havia nenhum interesse em avaliar ou revalorizar tendências folclóricas ou indigenistas” (ZEIN; BASTOS, 2010, p. 244) e tampouco “seria o caso de estabelecer uma lista de prescrições a serem preenchidas” (ibidem), o que seria, ao mesmo tempo, uma simplificação e subalternização das práticas arquitetônicas feitas no continente, perspectiva com a qual convergimos.

Retomando o exercício em aula, na sequência de analisar as respostas publicadas na AU, discutimos a entrevista a Roberto Segre, na mesma revista (AU, 2008), sobre vários caminhos possíveis para as novas gerações de arquitetos e arquitetas na América Latina. A conversa é enriquecida com as várias nacionalidades que compõem a comunidade acadêmica unileira<sup>4</sup>. Num primeiro momento, sempre

concreto armado, há a importação de mão-de-obra do nordeste brasileiro como parte do projeto de desenvolvimento do país. Não é coincidência que este operariado é formado por populações não brancas, ou seja, negros e indígenas e seus descendentes (ver CUNHA e MOASSAB, 2022).

<sup>3</sup> O dossiê apresenta majoritariamente homens brancos, fazendo jus à falta da linguagem inclusiva no seu título (cf. MOASSAB, 2015).

<sup>4</sup> Compõem o ambiente acadêmico do curso na UNILA pessoas vindas de 15 países distintos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Gana, na África. Na universidade,

os e as estudantes afirmam que existe uma identidade arquitetônica latino-americana, sendo, então, provocados e provocadas a explicarem essa “identidade” e como ela se materializa na arquitetura. Rapidamente, os e as discentes percebem a armadilha em que se encontram, na medida em que é inviável tentar descrever a tal “identidade arquitetônica” sem cair num esteticismo superficial, conclusão semelhante, diga-se, ao debate dos SAL, décadas atrás. Diante dessa dificuldade, usualmente, a turma passa a negar a existência da identidade arquitetônica latino-americana, quando são, então, perguntados e perguntadas: o que estamos fazendo, afinal, numa disciplina que se chama “Arquiteturas Latino-Americanas”?

Neste dossier dedicado à Amazônia e ao Cerrado, a mesma pergunta poderia ser: **existe uma identidade sertaneja ou amazônica?** Se concordamos com os debates do IV SAL, afirmaremos que não existe. Porém, cá estamos num dossier cuja chamada é “arquitetura, urbanismo e design na Amazônia e no Cerrado”.

A questão identitária não é nova nas ciências humanas e sociais. Ao contrário, tem avançado bastante nas últimas décadas, em relação aos anos de 1980, quando este foi tema do SAL. No Brasil, Antonio Ciampa (2002), a partir da psicologia social crítica, desde aquela década, vem trabalhando a partir do que designa por “identidades políticas”, que guarda significativa distância das “políticas de identidade”, próprias do multiculturalismo europeu, conservador e subalternizante. Mais recentemente, Aluísio Lima (2008), em diálogo com Ciampa, avança o debate iniciado por aquele, no sentido de discernir os aspectos tanto reguladores quanto emancipatórios do conceito de identidade. Ambos desenvolvem um conceito de

identidade como metamorfose, explicada a partir da relação entre o indivíduo e o grupo numa tensão constante entre políticas de identidade e identidades políticas, como explica, mais especificamente, Antonio Ciampa (2002) no Brasil.

A partir de uma compreensão do poder nas relações sociais, o conceito de identidade proposto por Ciampa, em meados dos anos de 1980, nos permite destrinchar seus aspectos tanto regulatórios quanto emancipatórios (cf. LIMA, 2008). Desta maneira, as políticas de identidade, importante fator de mobilização política coletiva, podem ser

emancipatórias quando ampliam a possibilidade de existência na sociedade, garantindo direitos para os indivíduos, ou regulatórias, quando criam regras normativas que muitas vezes impedem que o indivíduo consiga sua diferenciação. Ao passo que as identidades políticas surgiriam quando os indivíduos desenvolvessem uma concepção de identidade para si mesmos e passassem a se diferenciar do grande número (ibidem: 12).

As contribuições de Ciampa e de Lima dentro do campo teórico da psicologia social destacam-se, entre outras coisas, por apontarem as limitações dos conceitos de identidade que tendem a descrevê-la como algo estático, inclinada à cristalização e alheia ao caráter opressor do sistema capitalista. Ou, parafraseando para a arquitetura, como algo estético, inclinado à folclorização e alheio ao caráter opressor do sistema capitalista.

Passadas quatro décadas do debate inicial brasileiro sobre identidade, com forte ênfase nas identidades políticas, é praticamente consensual nos meios progressistas, a necessidade de equalizar igualdade e diferença, como postulou Boaventura de Sousa Santos, ao afirmar que “temos o direito a ser iguais sempre que diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 313).

Dito de outra forma, não se trata de apontar uma identidade arquitetônica latino-americana/amazônida/sertaneja a partir dos detalhes estéticos na arquitetura, justamente para não esvaziar a arquitetura de seu conteúdo sócio-político e histórico, convertendo-a em mercadoria para consumo. Se trata, outrossim, de considerar que as determinantes materiais do continente latino-americano resultam em arquiteturas específicas a responder ao seu tempo e espaço - como, defendia, de certo modo, o conceito de “modernidade apropriada” sugerido por Fernando Cox (ZEIN; BASTOS, 2010) -, sem com isso homogeneizar as práticas espaciais geohistoricamente definidas numa equação que oculta e subalterniza as experiências periféricas. Ou seja, no equilíbrio entre igualdade e diferença, não é a busca estética que importa, mas a inserção política destas práticas arquitetônicas. Por isso é significativo tomar em conta, as arquiteturas latino-americanas, em disciplina específica para este fim, ou, então, a arquitetura, urbanismo e design na Amazônia e no Cerrado, num dossier especial, não por acaso, de um periódico da região Norte. Nesse sentido, estas são identidades políticas, de caráter emancipatório “ampliando a possibilidade de existência na sociedade” (CIAMPA, 2002).

## UM MÉTODO DE AÇÃO-REFLEXÃO EM ARQUITETURA

Considerar tanto toda a América Latina quanto todo o Brasil, nas suas inserções geopolíticas, e em simultâneo, focar em práticas arquitetônicas e espaciais particulares, é um exercício dialético entre várias escalas ou esferas de determinação, o qual exige abordagens distintas entre elas, porém indissociáveis e complementares. O Materialismo Histórico Dialético - MHD - tem nos permitido, por meio de necessárias

abstrações acerca da realidade social, compreender a organização da vida em torno da mercadoria - esta, a determinação maior da sociedade capitalista - assim como captar o seu movimento histórico, nas suas diferentes fases ou momentos. No caso Latino-Americano, o MHD nos permite acompanhar a estrutura de poder colonial, sua violência contra os povos subalternizados, bem como a racialização do sistema-mundo como um dos princípios fundantes do capitalismo, que se apresenta aqui, neste território: é a riqueza extraída das Américas, com base no trabalho escravo, que viabiliza a Revolução Industrial na Europa. Ainda, a divisão de trabalho estabelecida pelas metrópoles europeias nas colônias valeu-se da racialização dos povos do Sul, não europeus, como critério principal, permitindo implementar a violenta exploração capitalista escravocrata.

Nesse contexto, a arquitetura, ao separar, em finais do século XVI, o canteiro do desenho (FERRO, 2006), operação paralela, diga-se, à invasão das Américas, tem sido o braço instrumental da modernidade ocidental, agudizando a exploração do trabalho e a transformação das edificações e do solo em mercadoria. Ao separar o canteiro do desenho, o trabalho intelectual é apartado do braçal, de modo hierárquico, o que ocorre de modo bastante mais agudo nas colônias, com o total desprezo às pessoas escravizadas e aos conhecimentos vindos com elas de suas terras de origem. Até hoje, a arquitetura colonial, tombada, é reconhecida como “herança portuguesa”, sem que tome em consideração todo o trabalho técnico realizado pelas pessoas negras, faltando, inclusive, maiores estudos sobre esta questão, conforme denuncia o Manifesto Ou[T]ro Preto<sup>5</sup>. Escrito pelo artista e militante Douglas Aparecido, o manifesto aponta “o fato da inteligência africana não constar nas narrativas construídas pelos colonizadores e nos livros

<sup>5</sup> Ver <http://terreirodegriots.blogspot.com.br>.

oficiais de história, ainda que os africanos sejam os detentores do conhecimento primordial que foi apropriado e figura, hoje, a base de toda tecnologia de mineração utilizada [em Minas Gerais]” (NOGUEIRA; PASSOS, 2017).

O desenho arquitetônico, ao ocultar o saber-fazer da atividade construtiva, ampliou as possibilidades de exploração do trabalho na construção civil, como ficou demonstrado, no conhecido episódio da greve que Filippo Brunelleschi enfrentou há mais de cinco séculos (FERRO, 2006: 334). O desenho garantiu que, com a substituição dos trabalhadores, a obra continuasse sem prejuízos, já que estes não eram mais os detentores dos conhecimentos necessários para aquela construção. A partir daquele antanho, tais conhecimentos são codificados no projeto arquitetônico.

Ademais, a arquitetura tem servido para materializar designações como “progresso” e “desenvolvimento”, integrantes e indiscerníveis do projeto de modernidade, solapando práticas espaciais que não coadunam com tal projeto, que ao fim e ao cabo, estrutura a própria modernidade-colonialidade-capitalista.

Uma das bases teóricas, portanto, para a compreensão das contradições que se manifestam em todos os aspectos da vida social, e, em nosso caso, da produção do espaço, da moradia, da cidade e do território, é a tradição marxiana, sobretudo a proposta teórico-metodológica conhecida como Materialismo Histórico Dialético, uma entre tantas contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels. Não se trata de tentarmos uma síntese do que vem a ser esta proposta, já que não há um texto no qual os autores se dediquem exclusivamente a este tema<sup>6</sup>. Primeiro, porque a dialética materialista de Marx e Engels tem como

característica a busca por determinações e, conseqüentemente, a riqueza categorial. Os processos de abstração por eles empreendidos, típicos da dialética, são aproximações sucessivas, relacionais e não finitas. Segundo, porque separar a estrutura do pensamento; o método dos objetos concretos que são analisados; ou o conhecimento de suas determinações, é algo que nega o próprio MHD. Assim sendo, levantaremos apenas alguns pontos que julgamos mais pertinentes aqui, a partir das relações que os filósofos mesmo estabeleceram em seus percursos intelectuais.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels empreendem um esforço em mostrar os limites e contradições do idealismo e da dialética hegeliana, uma das principais correntes de pensamento alemão na primeira metade do século XIX, abrindo caminho para a superação do idealismo pelo materialismo. Finalmente, a superação da própria dialética hegeliana pela dialética marxiana, a qual postula que não é a consciência que determina a vida, pelo contrário, é esta que determina a consciência. Neste livro, inclusive, Marx e Engels fazem a sua sociologia, dando suas definições mais claras sobre o que entendem acerca de sociedade.

Por sua vez, em “Teses a Feuerbach” (MARX, 2017 [1845]), Marx passa a debater as contradições e os limites do materialismo “contemplativo” [der anschauende Materialismus] do filósofo alemão Ludwig Feuerbach, mostrando que, apesar de aparentemente se aproximarem em suas oposições ao idealismo hegeliano, há incongruências nas concepções do materialismo de Feuerbach, que abstrai o processo histórico e pressupõe um indivíduo abstrata e isoladamente humano. Para Marx, conforme exposto na tese 6, o materialismo de Feuerbach revela

<sup>6</sup> Alguns dos principais textos nos quais é possível melhor compreender as particularidades do MHD, são “A ideologia

Alemã” (1845), “Teses a Feuerbach” (1845), “Miséria da Filosofia” (1845), “O Capital - Livro I” (1867) e “Anti-Düring” (1878), este escrito por Engels, após o falecimento de Marx.

sua limitação, na medida em que não inclui a atividade humana como fato objetivo.

Já no capítulo II do livro “A Miséria da Filosofia” (MARX, 2017 [1845]), ao debater a Metafísica da Economia Política, desmontando o método utilizado por Proudhon para explicar as relações econômicas daquele momento, Marx revelou as fragilidades do pensamento e da “filosofia” deste francês, que naturalizou as relações econômicas e adotou como base material de análise, os dogmas construídos historicamente pelos economistas e pela economia política burguesa, ao invés de ter como objetivo e objeto de análise as relações e o movimento histórico das relações de produção. De certa maneira, Marx demonstra a “moralização” da filosofia por Proudhon, quando este se propôs a investigar a economia política, o caráter pequeno burguês de sua subjetividade e filosofia - posto que quer, na verdade, estar filosoficamente acima do capital e do trabalho, da economia política e do comunismo - assim como atribuir um caráter providencial à história<sup>7</sup>.

Para Marx, tanto o idealismo hegeliano, quanto a história providencial de Proudhon negavam a história real, a realidade social, sua dinâmica contraditória, indeterminada, o que, para os autores comunistas, é o único ponto de partida para os processos de abstração e de teorização. Sob esta ótica, o materialismo histórico dialético possui, portanto, uma forma específica e determinada de entender a relação fundamental que perpassa a história da filosofia ocidental: a relação entre objeto e sujeito ou sujeita, entre objetividade e subjetividade, realidade e racionalidade, o concreto e o abstrato. Passados mais de um século, o filósofo marxista francês Henri Lefebvre afirma que

Concreto e abstrato não podem ser separados; são dois aspectos solidários, duas características

inseparáveis do conhecimento [...] O empirismo tem razão ao pensar que se deve partir do sensível, mas erra quando nega que seja necessário superar o sensível; o racionalismo tem razão em crer nas ‘ideias’, mas erra ao substancializá-las metafisicamente, situando-as fora do real que elas conhecem. (LEFEBVRE, 1991, p.111-112).

Desta contribuição de Lefebvre, pode-se sustentar que a dialética materialista se assemelha, em parte, aos interesses do empirismo e do racionalismo, porém evitando seus “erros”. A dialética tem como pressuposto a integridade e interdependência entre sujeito-sujeita/objeto, objetividade/subjetividade, realidade/ racionalidade, concreto/abstrato, e não a dominância e autonomia de um sobre o outro. Nestes termos, ela também evita a síntese kantiana do idealismo transcendental, já em grande medida negada pelos idealistas alemães.

Em relação à dialética Hegeliana, a dialética marxiana é seu oposto: Marx inverte a estrutura hegeliana, transportando-a das ideias para a história, da mente para os fatos, da consciência para a realidade social em contradição. Não é a consciência dos homens e mulheres que determina o seu ser, mas o contrário, o ser social que determina a consciência dos homens e mulheres. O modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida. O material é que determina o ideal e a abstração, o que significa, para Marx, um processo de elevação contínua do concreto.

Se é próprio da estrutura de pensamento marxiano, do MHD, esta determinação material da abstração, é inevitável que esta estrutura considere a concretude histórica e as particularidades da realidade social em que investiga. Tendo em vista que esta realidade social é diversa, tomando como exemplo, as diferentes nações, países, estruturas sociais e as diferenças na divisão internacional do trabalho e da

<sup>7</sup> Há um capítulo de “A Filosofia da Miséria” (1846) que Proudhon se dedica a este assunto. Seu livro tem duas traduções para o

português, com títulos distintos: Sistemas das contradições econômicas ou Filosofia da miséria, publicados pela editora Ícone, em 2003, e pela Escala, em 2007, respectivamente.

produção, as determinações a serem analisadas serão também distintas. Constante é apenas o método. Conforme tratamos no início do texto, com relação à práxis profissional de arquitetos e arquitetas, num país com dimensão territorial como a do Brasil, é um grande desafio compreender as múltiplas realidades territoriais, econômicas, as dinâmicas sociais, culturais e seus variados saberes técnico-construtivos.

Compreendemos que o MHD é fundamental para o estudo das determinações presentes nestes locais, assim como ele é, de igual forma, útil para evitar concepções ideológicas típicas do pensamento burguês e pequeno-burguês, como as detectadas nos circuitos de elite brasileiras por Schwarz (1992) ou do racismo de meados do XIX, analisado por González (1988). Algumas das determinações que estão presentes na realidade social latino-americana são a divisão racial e sexual do trabalho, o trabalho não pago de mulheres na manutenção da vida, a dependência econômica e a superexploração da força de trabalho. A combinação destas quatro determinações nos leva a uma corporeidade distinta, na qual a desumanização, o desprezo e a hipersensualização de corpos não-brancos é um dos bem conhecidos traços, o que se revela, ainda, pelo grau de mecanização do trabalho, como acontece nos canteiros de obras locais. Na construção civil latino-americana, atividade intrinsecamente vinculada à arquitetura, a superexploração do trabalho pressupõe uma divisão de trabalho baseada na manufatura serial com baixa qualificação e remuneração, fazendo com que o canteiro represente um dos maiores redutos de extração de mais valor absoluto.

A corporeidade reside no extensivo uso da força muscular e não mecânica de trabalhadores na sua maioria negros, no Brasil, ou ameríndios, nos demais países do continente. Este *locus* produtivo em terras latino-americanas é interpretado pelo pensamento

burguês e pequeno-burguês como “atrasado” ou como uma externalidade e incompletude do processo de industrialização, ao invés de resultante das três determinações: a racialização da divisão do trabalho, a dependência econômica e a superexploração da força de trabalho.

Consequentemente, temos vindo a analisar, em nossos trabalhos recentes, a relação entre técnicas construtivas e racismo (MOASSAB; CUNHA, 2022; MOASSAB, 2020) e apostado no incentivo ao uso de técnicas construtivas que garantam maior autonomia e menos alienação, sobretudo em processos relacionados ao direito à moradia e ao território e à assessoria técnica a movimentos sociais, incluindo as experiências em projetos de extensão.

Se o MHD, convergente com o pensamento decolonial como propomos, propicia abstrações fundamentais para compreendermos a inserção geopolítica da Arquitetura, contudo, tem sido insuficiente para tratar do território vivido, da materialidade da vida, onde acontece a arquitetura. Ao descer a escala de análise do global para o local, as abordagens semióticas e etnográficas são de grande valia para lidar, de forma situada, com a diversidade de práticas espaciais no mundo. Em outras palavras, o particular é o ponto de partida do pensamento para chegar ao universal e explicar o singular. A etnografia é um método de pesquisa para captar o particular, seguindo no fluxo que se inicia na aparência, no sensível e ruma para a razão e para a abstração. Por exemplo, o MHD e o PD nos auxiliam a compreender a luta pela terra travada pelas comunidades quilombolas e indígenas, mas são insatisfatórios para compreender a espacialidade de dado quilombo ou aldeia indígena. Ambas análises, globais e locais, devem estar interconectadas, se alimentarem e se atualizarem constantemente. Acerca das diferentes escalas, Boaventura de Sousa Santos, ao desenvolver a sociologia das ausências mostra que uma das lógicas

de produção da não-existência é a lógica da escala dominante, a qual ao ser adotada “como primordial determina a irrelevância de todas as outras escalas” (SANTOS, 2006, pp. 103-104). O sociólogo esclarece, ainda, que tal escala dominante

aparece sob duas formas principais: o universal e o global. O universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos. Têm, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que por essa razão são consideradas particulares ou vernáculas. [...] No âmbito desta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local (SANTOS, 2006, p. 104)

Nessa direção, propomos o Materialismo Histórico Dialético, em sintonia com o Pensamento Decolonial para uma análise geohistórica e política dos fatos e uma abordagem etnográfica e semiótica para estudar e produzir dados locais. Ambos devem estar alinhados, entrelaçados e se retroalimentarem de modo coerente e sem hierarquia. Ou seja, o local dá corpo e voz ao global e, o global, contextualiza politicamente o local.

## **UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA E SEMIÓTICA**

O materialismo histórico dialético e o pensamento decolonial, conforme explanado no item anterior, permitem uma compreensão geopolítica da arquitetura e do fazer arquitetônico, na sua correlação de forças com a luta de classes, de modo a evitar que se tornem meros braços operacionais do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Nessa direção, para aferir questões próprias da escala do mundo vivido pelos corpos em suas diversidades e espacialidades, julgamos pertinente o uso de técnicas de pesquisa que dialoguem com uma metodologia condizente ao estudo dos fenômenos como estes são percebidos no mundo, sem a falsa distinção entre sujeito e objeto tão marcante do positivismo comtiano, ainda tão presente nas ciências de um modo geral. É bastante comum,

inclusive nos trabalhos de campo em arquitetura, o uso de métodos quantitativos positivistas, como aplicação de questionários e tabulações estatísticas de grandes quantidades de dados, acolhendo acriticamente métodos empregados nas ciências exatas e da natureza. Tais dispositivos vão na contramão da escuta atenta e de proposições em dialogia com as necessidades sociais mais prementes.

Lembremos que o Positivismo tem como protagonista os escritos de Augusto Comte, no início do século XIX, que tiveram por base os trabalhos precedentes de Bacon, Hobbes e Hume, se contrapondo a todo conhecimento transcendente, como a metafísica ou a teologia, desprezando, portanto, as subjetividades, os sujeitos e as sujeitas. O fundamento epistemológico do Positivismo, em sua primeira fase, reduz a possibilidade de conhecimento a apenas relações de causa e efeito estáveis e previsíveis. Uma sequência de relações deste tipo configura, para o Positivismo, uma lei. Tal reflexão, feita por Comte e seus seguidores, tratou de incorporar, de maneira rígida, os ideais da Revolução Científica de forma a constituir as bases metodológicas de um olhar científico sobre a sociedade, isto é, “uma física social”, conforme denominavam os próprios positivistas.

Vale ressaltar, entre as múltiplas questões epistêmicas levantadas pelo positivismo, duas mais relevantes ao tema aqui abordado. Primeiro, o Positivismo, em seu nascimento, incorpora uma perspectiva universalista da vida social que busca, acima de tudo, o que há de constante ou a-histórico nas sociedades. Logo, por esta visão, a diversidade assume um papel secundário, passageiro ou, até mesmo, negativo. Desta maneira, o pensamento de Comte, assume e promove uma visão linear e progressiva de história, típica do pensamento europeu dos séculos XVII e XIX, em que a diversidade era entendida como reflexo de etapas imprescindíveis e estáveis do

desenvolvimento. Nesse modelo, o formato societal europeu era apresentado como o estágio mais avançado do progresso necessário e invariável à qual toda sociedade haveria de passar, como bem denota a lei dos três estágios descrita por Comte ([1866] apud MILL, 2005). A segunda questão epistemológica relevante ao objeto deste artigo trata da perspectiva positivista sobre a relação sujeito e objeto. O pensamento comtiano se constrói sobre a premissa de que o cientista - sempre homem, diga-se - possui um *locus* de observação privilegiado, cuja objetividade é garantida pelo não envolvimento afetivo, ideológico ou subjetivo com seu tema de pesquisa. Há uma defesa, por tais autores, de que o distanciamento permite ao produtor de conhecimento uma visão mais clara das relações de causa e efeito, cuja descoberta constitui o principal objetivo da pesquisa científica.

Como um astrônomo ou físico, o cientista social deveria buscar as leis invariáveis da existência social, independentemente de suas preferências, sentimentos ou da visão contaminada daqueles e daquelas que compõem o tecido social em análise. Além do problema da formulação das perguntas, este procedimento isola o contexto, a realidade material do sujeito e sujeita falantes. Por sua vez, para a fenomenologia de Edmund Husserl (1989 [1913]), não existe objeto sem a presença do sujeito ou da sujeita. Seu objetivo, destarte, é compreender os fenômenos e as essências, sem necessariamente explicá-los ou analisá-los. A explicação dos fenômenos caberia à dialética e, por sua vez, a interpretação dos fenômenos no seu contexto, toca ao materialismo histórico. Dito de outra forma, o positivismo, ao negar o sujeito e a sujeita, é *per se*, oposto aos estudos das relações humanas e sociais que pretendemos em arquitetura e urbanismo, enquanto Ciências Sociais Aplicadas que são.

Transcorridos mais de dois séculos, as Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, na atualidade,

ainda sentem os reflexos de tais fundamentos nas técnicas de pesquisa. No processo de elaboração de questionários, ainda muito utilizados em nosso campo - sobretudo os questionários estruturados -, o pesquisador ou a pesquisadora é detentor ou detentora da verdade, sobre a qual as pessoas inquiridas se limitam a deferir ou indeferir, sem permitir diálogos e descobertas. Sob esta ótica, os inquiridos e inquiridas se constituem objeto de pesquisa. Menos limitante é o questionário não estruturado, no entanto, a despeito de admitir maior interação, ainda pressupõe uma quantidade de respostas em detrimento da qualidade delas. Em ambos casos, é o ou a cientista que decodifica o mundo para o ou a informante se posicionar, muitas vezes partindo de pressupostos que sequer fazem sentido àquele sujeito ou sujeita. Em outras palavras, aferir o conhecimento com base em questionários incorpora, muitas vezes, esses problemas epistêmicos. Tal pressuposto impõe severas limitações à possibilidade de descoberta ou exploração de perspectivas alheias ao cientista e à cientista. Além disso, relega a diversidade ou o não estável a uma condição de menor importância. Em particular, o caráter a-histórico do Positivismo e de seus métodos de pesquisa vão na contramão do MHD, bastante mais adequado, a nosso ver, para a análise e aferição de dados sociais, como é o caso da arquitetura.

Em adição, guiados pelos conceitos de ecologia de saberes e de sociologias das ausências e das emergências de Boaventura de Sousa Santos Santos (2006), temos vindo a pesquisar o que o patriarcado-racista-capitalista invisibilizou, enquanto prática arquitetônica e espacial. Aquilo que a modernidade ocidental produziu ativamente como não existente econômica, social, política e culturalmente (ibidem) não é detectável com métodos positivistas de pesquisa, já que estes, colaboram, na verdade, para a manutenção das não-existências. Deste modo, a sociologia das ausências e das emergências busca

expandir e tornar visível o domínio de experiências sociais. Na sociologia das ausências é demonstrado que o que não existe é, com efeito, produzido como não existente, de modo que diversos são os modos de produção de não-existência sob o julgo de totalidades hegemônicas e excludentes, com base em critérios hegemônicos de saber (que produz o ignorante), de desenvolvimento (que produz o atrasado ou subdesenvolvido); de classificação social (que produz o inferior, como as mulheres e os negros); de produtividade (que produz o improdutivo ou preguiçoso) (ibidem). Santos demonstra, igualmente, que dentro do campo das ciências sociais, constituído sob os parâmetros dominantes, a sociologia das ausências é, ela própria, transgressiva (ibidem). Ademais, o autor defende que as experiências ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas sejam pensadas fora das relações de poder que unem hierarquicamente dominador-dominado ou silenciador-silenciado. Para Santos, o pensamento não-derivativo seria um pensamento pós-abissal, aquele que emergirá da superação histórica da modernidade ocidental.

A ecologia de saberes, por seu turno, considera a pluralidade epistemológica do mundo em contraposição à monocultura do saber, dominada na modernidade-colonialidade, sobretudo, pelo saber científico. É nesse sentido que vimos trabalhando por uma arquitetura - ou prática arquitetônica - contra-hegemônica que, em conjunto com a sociologia das ausências, (re)construa e reposicione os lugares e seus e suas protagonistas, na geopolítica do conhecimento. Consequentemente, uma direção mais coerente com a análise da realidade feita a partir do MHD e do PD, é, a nosso ver, o levantamento de dados arquitetônicos por meio da utilização do método etnográfico, uma vez que este permite maior troca e aproximações ao cotidiano das pessoas, qualificando questões muitas vezes abstratas, próprias de análises da totalidade.

Sob esta perspectiva, e em contraposição às técnicas positivistas de pesquisa, algumas correntes dos estudos etnográficos auxiliam na produção de dados qualificados, não-massificados, em consonância com o tempo do outro e da outra, com a escuta atenta e com o olhar generoso do pesquisador ou da pesquisadora. Este é o caso da etnografia conforme postulada por Clifford Geertz (2008), que se constitui como uma prática que compreende a cultura a partir do universo social, isto é, a análise do sujeito ou da sujeita inserido ou inserida em seu contexto geográfico, histórico, político e cultural, conforme define a Antropologia Social. O autor afirma ainda que “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (GEERTZ, 2008, p. 4), todas técnicas integrantes da etnografia. Para Geertz, a etnografia é uma orientação teórico-metodológica cujo resultado é uma “descrição densa” (ibidem) e não um texto literário ou jornalístico. Trata-se, destarte, de uma ferramenta para compreensão da realidade, neste caso, da realidade material arquitetônica e espacial. Além disso, deve-se ter em mente que a qualquer momento tanto pode acontecer de alguma das técnicas previamente planejadas não serem utilizadas, por não se mostrarem adequadas ao bom desenvolvimento da pesquisa, como, outras técnicas podem ser somadas ao repertório inicial, a partir de elementos e evidências emanantes do imponderável, próprio do empírico. Em adição, James Clifford, se contrapondo, como Geertz, à etnografia clássica e positivista de Bronislaw Malinowski (2018 [1922]), implode a autoridade etnográfica e concebe a etnografia

não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos (CLIFFORD, 2002, p.43).

Nesta acepção, a prática etnográfica se configura como caminho a ser trilhado para uma construção polifônica, almejando a interpretação desses processos no contexto no qual eles acontecem, adquirem e produzem sentidos.

Não obstante, estes antropólogos mantêm uma compreensão limitante sobre o que é cultura, que de alguma maneira transparece em suas perspectivas etnográficas. Em adição, Marshal Sahlins, defende uma permanente politização da cultura, tendo vindo a alertar, em seus trabalhos, para uma espécie de “culturização do outro” ou, em suas palavras, de “invenção da tradição” (SAHLINS, 1999, p. 6, tradução livre). No texto “Two or three things that I know about culture” (1999), Sahlins aponta como os antropólogos e antropólogas têm pinçado determinados aspectos da organização social de comunidades nativas, justamente aquelas que se contrapõem à cultura do capitalismo. Concomitantemente, muitas destas comunidades têm se adequadado, de modo pragmático, a esse contraste para alcançar seus objetivos de inserção social. É central em seu argumento, a invenção da cultura como uma colonização epistemológica do Outro, à semelhança do que Edward Said demonstrou no célebre “Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente” (2003 [1978]), dos anos de 1970.

É imperioso fazer emergir tais questões, com vistas a evitar a “folclorização” da arquitetura, muito usuais no escopo de trabalhos sobre “arquitetura vernácula”, termo, semelhantemente problemático, por designar arquitetura realizada sem assistência profissional com base em materiais e em “tradições” locais, que estabelece de imediato uma hierarquia. Tal designação tem servido para “inventar tradições arquitetônicas”, parafraseando Sahlins, inferiorizando-as com relação às demais arquiteturas. Não se diz arquitetura vernácula, por exemplo, às experiências tectônicas da Grécia Antiga, mesmo que

encaixem perfeitamente nas explicações usuais da terminologia. O termo “vernácula” denota, normalmente, as arquiteturas do Sul Global, esvaziando de sentido político tais práticas, resultando, não raro, em sua exotização ou ainda, na sua estetização, que bem serve aos anseios cenográficos do capitalismo.

Por conseguinte, o uso que propomos do método etnográfico não é, portanto, com o objetivo de etnografar determinada arquitetura, tampouco, para apenas descrever arquiteturas subalternas. Pelo contrário, buscamos na etnografia uma ferramenta fundamental para compreender arquiteturas e espacialidades do mundo vivido, como uma técnica de levantamento de dados primários, qualificados, não consistindo, ela própria, nas finalidades dos trabalhos. Dito de outra forma, a etnografia, como proposta aqui, não é um fim, é, antes, um meio fundamental de aproximação e compreensão de modos de morar, de maneira a estabelecer um diálogo respeitoso que resulte em análises e projetos que melhor atendam as demandas arquitetônicas ou urbanísticas de determinado grupo ou que mais adequadamente os orientem a fazer suas escolhas com autonomia.

Destarte, a etnografia, no oposto de representar uma cultura - ou dada arquitetura -, estabelece processos comunicacionais de múltiplas vozes, de maneira que pode ser bem complementada com a abordagem semiótica, outra ferramenta relevante, precisamente por estudar a construção de sentidos, permitindo, semelhantemente, compreender os silêncios, as ausências e todo o sistema sócio estabelecido pela arquitetura e espacialidades de uma comunidade. A semiótica começa com o processo de conhecimento, indagando como a significação está ocorrendo entre as pessoas e seu ambiente, tornando possível a percepção e a cognição (SANTAELLA, 2004). A arquitetura, como linguagem não-verbal, é um sistema semiótico a mediar a comunicação entre os

espaços e as pessoas, consistindo também, o próprio desenho, parte constitutiva de seu arcabouço.

Nomeadamente, a semiótica, em diálogo com a etnografia, colabora para compreender e analisar a dinâmica da significação dos espaços e espacialidades e para produzir uma sociologia das ausências. Ao entendermos a casa como algo mais que quatro paredes e um teto, estamos afirmando que ela é dotada de significação, de forma que a perspectiva semiótica auxilia a destrinchar e, a etnográfica, a compreender os e as agentes viventes da arquitetura e do espaço. Assim sendo, após o processo de observação, os dados devem ser sistematizados, inclusive os desenhos, complementados por informações adicionais, em paralelo à realização do campo. O jogo de escalas deve ser permanente, sem perder de vista, na vivência do território, as questões geohistóricas, de classe, gênero, sexualidade e raça ali implicadas.

Isto posto, o arquiteto ou arquiteta, para compreender os modos de morar e de viver, primeiro, deve desfazer-se de noções preconcebidas e juízos de valores, evitando, assim, o etnocentrismo, ou seja, a crença de que apenas uma maneira - a sua - de estar no mundo e de espacializar o cotidiano, seja válida. Além disso, é importante compreender os desafios e responsabilidades da observação participante e a implicação da sua inserção nas comunidades. Há também que se estar disponível para estabelecer uma relação duradoura e de confiança que antecede a pesquisa e continua após o seu término. Os laços de amizade e de partilha de conhecimento multidirecionais permanecem e encontram solo fértil na Universidade Pública, que viabiliza, das mais distintas maneiras, um trabalho contínuo. A este convívio duradouro Ecléa Bosi (1995) designou de “comunidade de destino”.

Esta trajetória pela etnografia não é recente, tampouco casual para a autora e autor deste

texto, que há muito se deram conta da paralaxe entre a realidade e os textos e documentos institucionais. No caso da autora, no início dos anos 1990, quando estagiária na EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo integrou a equipe que trataria das questões habitacionais do Plano Metropolitano 1994/2010. Na ocasião, ficou evidente a ausência das favelas da região metropolitana da base cartográfica do IBGE, num completo desencontro entre os dados oficiais e a vida das pessoas. O mesmo vai acontecer nos seus futuros trabalhos profissionais em diversas regiões do país, culminando, digamos, na sua tese de doutorado, na qual a realidade das periferias brasileiras é desenredada a partir do hip-hop, com uso da observação participante (MOASSAB, 2011).

Para o autor, por seu turno, a observância dos preceitos da prática etnográfica foi fundamental nas experiências de Assessoria Técnica Habitacional e da Paisagem, que ocorreram já como professor da UNILA, entre 2016 e 2019. Evitar o etnocentrismo, ao se deparar com distintas espacialidades, a disponibilidade para estabelecer laços contínuos e de confiança, são procedimentos correntes nos trabalhos que vimos fazendo nos bairros e comunidades periféricas de Foz do Iguaçu, cujas experiências voltaram-se à questão técnica-construtiva, com a realização de oficinas, cursos e demais atividades concernentes à cultura construtiva.

Mais recentemente, entre 2014 e 2017 atuamos, a autora e autor deste texto e também o professor Tiago Bastos, junto à comunidade quilombola Apepu, no município vizinho de São Miguel Iguaçu, contemplada com moradias do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. Diversos foram os problemas encontrados, no que tange à total inadequação cultural da casa padronizada pela Caixa Econômica Federal - CEF, com base num padrão urbano de moradia, bastante díspar àquele

contexto (MOASSAB; BASTOS, no prelo). Entre as muitas limitações da política pública, importa para o debate ora apresentado, a nossa aproximação ao quilombo, sempre com uma escuta atenta, compreendendo as demandas e não impondo um “pacote de soluções”. Num primeiro momento, foi significativo elucidarmos as casas que seriam financiadas pela CEF, já que nunca ninguém lhes havia explicado, levando aquelas pessoas a assinarem montes de papéis contratuais sem nenhuma preocupação com o seu entendimento. Por isso, numa das visitas a Apepu, desenhamos a casa no chão, com papel higiênico, na escala 1:1, o que permitiu a cada um e uma vivenciar o futuro espaço pela primeira vez, percebendo a disposição dos móveis, o tamanho dos ambientes e assim por diante (ibidem). Ao mesmo tempo, sempre apontamos outras possibilidades construtivas, às quais poderíamos assessorar, todavia, a comunidade sempre foi enfática em preferir o programa habitacional com o qual havia sido contemplada, escolha que respeitamos<sup>8</sup>.

Numa etapa seguinte, cientes que as novas casas alterariam radicalmente a dinâmica espacial do local, procuramos registrar a memória arquitetônica, isto é, as casas originais, seus espaços e a relação dos e das habitantes com ele. Uma preocupação central, a partir deste levantamento foi: como representar aquelas casas por meio do desenho arquitetônico, em si, uma tradução higienizada da realidade? Além de algumas oficinas e outras produções acadêmicas sobre esta questão, fizemos algumas experimentações, que podem ser conferidas no caderno Maloca n.01, dossiê “Direito ao Território no Quilombo Apepu”<sup>9</sup>.

Outra comunidade que temos vindo a trabalhar, desde 2014, é o Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó, um terreiro de candomblé em Foz do Iguaçu, cuja matriarca, mãe Marina, foi uma expressiva liderança local na luta e resistência dos povos e classes oprimidas da cidade<sup>10</sup>. O terreiro em questão se configura como um polo regional de cultura negra, sendo palco histórico de manifestações relacionadas à cultura afrodescendente e a promoção de debates acerca do combate à intolerância religiosa, de raça e de orientação sexual. Dentro desse contexto, a sua comunidade tem sido alvo de diversas formas de discriminação e de racismo. O racismo religioso tem feito com que maior rigor de fiscalização recaia sobre os espaços de culto afro-religiosos, em comparação com demais templos, no país todo e, em particular, em Foz do Iguaçu.

Em 2016, fomos contactados pela comunidade devido a uma denúncia anônima no corpo de bombeiros que resultou em fiscalização severa, a exigir documentos, sob ameaças de altas multas e interdição do espaço. A comunidade sequer tinha conhecimento ou entendeu do que se tratava a exigência, feita com um rebuscado vocabulário técnico que já denota uma hierarquização na relação. Além de mediar o conflito, em defesa da comunidade, elaboramos, via assessoria técnica, com a coordenação do autor e de Tiago Bastos, o projeto de combate contra incêndio e pânico, para aprovar no Corpo de Bombeiros (CUNHA; BASTOS, 2017). Esta exigência colocou em confronto duas racionalidades distintas: o rigor da representação técnica e das normas edilícias contra um espaço sagrado, com suas próprias regras e ritos. Foi a relação de confiança, a prática e a

<sup>8</sup> Com a crise política que se instalou no país após as eleições presidenciais de 2014, seguido do golpe de 2016, o financiamento aprovado jamais chegou a ser executado e as casas da CEF não foram construídas. Foi quando apresentamos com mais ênfase alternativas construtivas àquelas previstas na política pública.

Chegamos a preparar um curso de capacitação sobre arquitetura com terra para a comunidade, o que não foi realizado por motivos alheios à nossa vontade.

<sup>9</sup> [https://issuu.com/cadernomaloca/docs/caderno\\_maloca\\_n1](https://issuu.com/cadernomaloca/docs/caderno_maloca_n1)

<sup>10</sup> Lamentavelmente, Mãe Marina nos deixou em março de 2021.

escuta atenta, próprias da observação participante, que viabilizaram equalizar estes mundos tão distintos, fazendo, ao final, uma tradução intersemiótica entre estes universos simbólicos tão pouco compatíveis.

A destacar, por fim, algumas autoetnografias que vêm sendo realizadas no âmbito do MALOCA, um método de pesquisa qualitativa em debate na Antropologia, nas últimas décadas, que põe em xeque a autoridade do observador ou observadora, que é também sujeito ou sujeita do conhecimento (VERSIANI, 2002, p. 67). Estes são os casos dos trabalhos de Ariana Mara Silva, Maicon Rugeri, Maurício Santos e Oswaldo Freitez, que estudam lésbicas negras (SILVA, 2015; 2019), espaço rural (RUGERI, 2017; 2020), povos de terreiro (SANTOS M., 2016; 2018) e mapeamentos homoafetivos (FREITEZ, 2018), respectivamente. A autoetnografia desponta como uma ferramenta relevante, sobretudo no Brasil, como uma necessidade dos subalternos e subalternas, ou, conforme afirma Daniela Versiani, para a “construção de sujeitos *marginais* (distintas do sujeito hegemônico, branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito)” (VERSIANI, 2002, p. 58, grifo no original).

Desta feita, são muitas as possibilidades dialógicas a tecer o conhecimento cumulativo, coletivo, do grupo de estudos, em trânsitos multiescalares e subjetividades plurais, conectados ao seu contexto geohistórico e político, as quais apontam para outros modos de fazer e pensar arquitetura.

## TECITURAS DE ANANSE

Ao longo do texto procuramos demonstrar as bases metodológicas que vêm aparando a maior parte dos trabalhos realizados no âmbito do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul. Temos apostado fortemente no Materialismo Histórico Dialético e no Pensamento

Decolonial para uma compreensão geopolítica do fazer arquitetura com, na e a partir da América Latina. A teoria marxista nos apresenta um método para análise da realidade, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética da transformação social. Em adição, os escritos decoloniais reescrevem, em termos epistemológicos, a história do pensamento, alterando o marco do Iluminismo - que vai definir toda a modernidade ocidental - para a invasão das Américas. Este não é um simples detalhe. Ao contrário, revela o quanto a modernidade ocidental e o capitalismo, seu sistema econômico por excelência, foram tributários da violência colonial, da exploração das riquezas e dos corpos do outro lado do atlântico. Isto posto, fica evidente para nós que a equação a ser superada é aquela da exploração do patriarcado-racista-capitalista, nesse imbricamento interseccional, materializado no território.

Este exercício dialético, a partir do território, deve ser feito, necessariamente, entre várias escalas, cada qual demandando distintas abordagens, indissociáveis e complementares. Na escala do território usado, como dizia Milton Santos (1999), há que se verificar e compreender os sujeitos e sujeitas em seus territórios e espacialidades cotidianas, para o que julgamos pertinente a abordagem etnográfica e semiótica, sem perder a conexão com a análise geohistórica e política.

Voltamos, assim, à pergunta inicial: **existe uma identidade arquitetônica latino-americana, sertaneja ou amazônica?** Por paradoxal que seja, podemos afirmar que não e também que sim, existe. Voltando a Antonio Ciampa (2002), vimos que para o autor, o contexto político é fundamental e indissociado da questão da identidade e, por isso, em sua compreensão, identidade é um conceito com fragmentos de emancipação e de sutil opressão (ibidem). Neste sentido, identidades prévia e

autoritariamente decididas, como é o caso das identidades do multiculturalismo, criticado por Žižek (2006), têm um aspecto profundamente regulatório e opressor. Deste modo, a identidade é uma ação política em constante transformação que escapa das políticas de identidade “folclorizantes”, caras ao multiculturalismo (ŽIŽEK, 2006).

Consequentemente, tal identidade arquitetônica não existe no sentido de reduzir a arquitetura latino-americana – ou sertaneja ou amazônica - a atributos estéticos, que tendem a folclorizar ou congelar as práticas construtivas, retirando-lhes o lastro geohistórico. O esvaziamento político da arquitetura tem levado, por exemplo, a projetos de intervenção urbana de caráter turístico-empresarial, mormente de inserção global, como é o caso do Pelourinho em Salvador e do novo Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu, ambos no Brasil; do projeto costeiro Bicentenario de Asunción, no Paraguai; da Arena Cochabamba, na Bolívia; da revitalização dos bairros Bellavista e Italia, em Santiago, no Chile; e de San Telmo, na Argentina; do bairro Getsemaní, em Cartagena de Índias, na Colômbia; do Casco Viejo de Panamá, e tantos outros, por toda América Latina, os quais comumente expulsam a população local, empobrecida, em favor de uma ambientação da “tradição”, destinada, sobretudo, a agradar o turismo de massa.

Por outro lado, na geopolítica da Arquitetura, a América Latina é invisibilizada ou subalternizada, o mesmo acontecendo internamente ao Brasil – a arquitetura do Cerrado ou da Amazônia é praticamente nula nos debates acadêmico-científicos e nas revistas de divulgação de arquitetura, sendo, portanto, necessária a sua inserção transversal aos diversos debates na área. Não apenas os arquitetos e arquitetas do continente – num aspecto mais amplo - e das regiões norte e nordeste do país – numa perspectiva mais específica - merecem ter maior

visibilidade, como práticas construtivas e modos de morar particulares dos povos que aqui e ali habitam ou habitaram são dignos de serem conhecidos e compreendidos. Da mesma maneira, há que se tomar em conta a violência colonial, cujos resultados são materializados, ainda hoje, nos territórios e nos corpos. Portanto, a luta pelo direito ao território, o direito à cidade e o direito à moradia deve integrar definitivamente tanto a formação quanto a atuação profissional de arquitetos, arquitetas e urbanistas. Importa considerar, ademais, alguns hábitos de morar que permanecem presentes em terras latino-americanas, como é o caso do uso do espaço exterior doméstico (VERÍSSIMO, 2013) para o preparo e cultivo de alimentos, entre outros. Consequentemente, podemos afirmar que sim, existe uma identidade arquitetônica latino-americana; e, igualmente, sim, existe uma identidade arquitetônica sertaneja e também amazônica, que é, ao mesmo tempo, arquitetônica e política.

É nessa ação-reflexão em múltiplas escalas que temos direcionado nossos esforços, procurando fomentar um debate permanente que respeita a autonomia dos educandos e educandas, valorizando e respeitando sua cultura e seu acervo de conhecimentos empíricos no processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo, buscamos formar profissionais éticos e éticas diante dos desafios que lhe serão apresentados, voltados para uma prática arquitetônica e urbanística crítica e que prezem pela integração solidária dos povos do continente.

Finalmente, nesse trânsito multiescalar e suas distintas abordagens, nesse exercício de visibilização de outras leituras e outras epistemes, vamos tecendo uma trama que nos remete à *Ananse Ntontan*, a teia de aranha, a teia da sabedoria, o que aprendemos com Mãe Marina, Iyálorixá do Ile Axé e do Afoxé Oju Ogun Funmilayo, cujos ensinamentos remontam às tradições do adinkra, dos povos acã da

África ocidental, notadamente os asante do Gana. Seguimos, assim, por entre fios, tentando costurar todas as histórias, de forma similar a que Ananse fez com aquelas que fugiram do baú e se espalharam pelo mundo, as histórias arquitetônicas, dos territórios, das espacialidades e as histórias políticas do espaço construído e habitado da América Latina.

---

A autora e o autor declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

## REFERÊNCIAS

- AU. **Revista AU dossiê Jovens Arquitetos Latino-Americanos**, ano 23, n. 172, jul. 2008.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CIAMPA, A. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. DUNKER, C.; PASSOS, M. (orgs). **Uma Psicologia que se interroga**. São Paulo: Edicon, 2002.
- CUNHA, G. Ensino de arquitetura e trabalho livre. MOASSAB, A; NAME, L. (orgs). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020.
- CUNHA, G.; BASTOS, T. Assessoria técnica na trílice fronteira e a atuação universitária. MOASSAB, A. **Anais eletrônicos do primeiro encontro internacional do MALOCA**, v. 1, n. 1, 2017. pp. 124-132.
- CUNHA, G.; MOASSAB, A. Modernidade-colonialidade na construção da hegemonia tecnocientífica do concreto armado dos países dependentes. **Pos FAUUSP**, São Paulo, v. 29, n. 54, jan-jun 2022.
- FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FREITEZ, O. **Diseños desde lo subalterno**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2018. TCC.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, pp. 69-82, jan./jun. 1988.
- HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LEMOES, C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989.
- LIMA, A. Para uma Reconstrução dos Conceitos de Massa e Identidade. **Revista Psicologia Política**, 14 (7), 2008. Disponível: <[www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=37&layout=html&mode=preview](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=37&layout=html&mode=preview)>. Acesso: 10/09/08.
- MAINARDES, J. Pesquisa etnográfica. BOURGUIGNON, J. **Pesquisa Social**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 99-124.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Ubu, 2018.
- MARX, K. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. **O Capital [Livro 1]**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MILL, J. **Auguste Comte and Positivism**. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2005.
- MOASSAB, A. **Brasil periferia(s)**. São Paulo: EDUC, 2011.
- MOASSAB, A. Diz-me como representas a cidade que dir-te-ei quem és. **XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.
- MOASSAB, A. O patrimônio arquitetônico no século 21. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 198.07, Vitruvius, nov. 2016. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6307>. Acesso: 15/07/17.
- MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias de gênero e raça no ensino de Arquitetura e Urbanismo. MOASSAB, A; NAME, L. (orgs). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020.

- MOASSAB, A. O curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e a integração solidária de *Nuestra America*. LANFRI, N.; DOBRY, S. (orgs). **50 años del Taller Total**. Córdoba: Editorial de la FAUD/UNC, 2021. pp. 427-445
- MOASSAB, A.; BASTOS, T. E as varandas? (In)adequação cultural e políticas de habitação a partir do quilombo de Apepu. MOASSAB, A.; VERÍSSIMO, C. **Nuestro Norte sigue siendo el Sur**. Foz do Iguaçu: Edunila, no prelo.
- MOASSAB, A; CUNHA, G. Decolonizando o ensino de estruturas em arquitetura. MOASSAB, A; NAME, L. (orgs). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020.
- NOGUEIRA, R.; PASSOS, F. Arquitetura tradicional de Ouro Preto. **Anais eletrônicos do Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul – MALOCA**, v. 1, n. 1, 2017. pp. 104-112.
- PROUDHON, P. **Sistemas das contradições econômicas ou Filosofia da miséria**. São Paulo: Ícone, 2003
- RUGERI, M. **Casa branca, terra roxa**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. TCC.
- RUGERI, M. **Estética do Mato**. Salvador: UFBA, 2020. DM.
- SAHLINS, M. Two or three things that I know about culture. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 5, n. 3, set. 1999. pp. 399-421
- SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.
- SANTAELLA, L. **Teoria geral dos signos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- SANTOS, B. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, B.; MENESES, M. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- SANTOS, M dos. **Espaços Sagrados**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2016. TCC.
- SANTOS, M dos. **Kosi Falá, Kosi Orixá**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2018. DM.
- SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. Entrevista a Sílvia Tandler. TENDLER, S. **Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá**. Brasil: Caliban Produções, 2006. Documentário.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SILVA, A. **Griôs Sapatonas Brasileiras e Lampião da Esquina**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2015. TCC.
- SILVA, A. **Raperas sudacas**. Salvador: UFBA, 2019. DM.
- VERÍSSIMO, C. A importância do Espaço Doméstico Exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.100, 2013. pp.177 – 212.
- VERSIANI, D. **Autoetnografia**. Letras De Hoje, 37(4), 2002. pp. 57-72. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258>
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.
- ZEIN, R.; BASTOS, M. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- ŽIŽEK, S. **Elogio da Intolerância**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.